



Exma. Senhora
Dr.ª Marina Gonçalves
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
3564

SUA COMUNICAÇÃO DE
29-11-2017

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

**ASSUNTO: Pergunta n.º 430/XIII/3.ª, de 29 de novembro de 2017
Poluição do Rio Ul e Antuã no concelho de Oliveira de Azeméis**

Cara Marina Gonçalves,

Em resposta à Pergunta n.º 430/XIII/3.ª, de 29 de novembro de 2017, formulada pelas Senhoras Deputadas Helga Correia, Susana Lamas e Regina Bastos e pelos Senhores Deputados António Topa, Luís Montenegro, Amadeu Soares Albergaria, Bruno Coimbra e Ulisses Pereira, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD), encarrega-me o Sr. Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

1. **O Governo tem conhecimento por parte das entidades competentes, nomeadamente do Núcleo de Competências do Ambiente e Conservação da Natureza, ARH Centro, CCDR-Norte, Núcleo da Proteção Ambiental do GNR, Serviço de Proteção da Natureza do Ambiente (SEPNA), da existência de poluição nos Rios Ul e Antuã?**

A Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., (APA) promove várias ações de proteção, valorização e regularização da rede hidrográfica. Neste contexto, têm sido efetuadas várias ações de fiscalização às Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Salgueiro e Estação Elevatória de Águas Residuais (EEAR) e ETAR de Ossela, geridas pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria.

2. **Tendo conhecimento, que medidas foram tomadas para eliminar ou minimizar os riscos de poluição dos Rios Ul e Antuã, ambos no Concelho de Oliveira de Azeméis?**

Atenta à situação dos rios Ul e Antuã, a APA está em articulação com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM), entidade gestora das ETAR do Salgueiro e EEAR e ETAR de Ossela, que já tem em execução o plano de "Operação, Reabilitação e Manutenção do Sistema de Tratamento de Águas Residuais da AMTSM" para reabilitação e reconstrução dos emissários e melhoria do funcionamento do sistema de águas residuais.

3. **A área de fiscalização e controlo é da competência do Ministério do Ambiente pelo que, têm ocorrido ou está previsto ocorrerem ações inspetivas e análises, por parte das entidades competentes, à qualidade da água que corre nos Rios Ul e Antuã no sentido de detetar a confirmação das fontes poluentes?**



As ações de fiscalização que a APA tem vindo a efetuar deram origem a processo de contraordenação, motivado pela rejeição de efluentes não tratados da estação elevatória que antecede a ETAR de Ossela.

4. Caso tenham sido feitas análises, que valores apresentaram, que impacto e consequências tiveram ou estão a ter para os referidos rios e ecossistemas?

A APA acompanha a evolução da situação através de verificação das condições de rejeição, nomeadamente pela apreciação dos resultados do autocontrolo estabelecidos nos títulos de utilização dos recursos hídricos para a rejeição dos efluentes tratados nas ETAR de Salgueiro e Ossela.

Até à presente data, os resultados do autocontrolo efetuado pela AMTSM aos efluentes tratados nas ETAR de Salgueiro e de Ossela cumprem as condições estabelecidas nos respetivos títulos de rejeição.

5. Está previsto algum reforço de meios técnicos e humanos que permitam um melhoramento de qualidade dos serviços e consequentemente uma maior sensibilização das populações e entidades para a importância dos rios e sua despoluição?

Em 2017, dando cumprimento à determinação do Ministro do Ambiente, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território promoveu, em conjunto com a APA, as cinco comissões de coordenação e desenvolvimento regional, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., e a GNR/SEPNA, o Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA) para o ano de 2017.

Este exercício de coordenação entre as entidades revela-se uma forma mais eficiente para promover o cumprimento da legislação ambiental, com rentabilização de meios, que, isoladamente, serão sempre escassos, mas que, em conjunto, evidenciam o valor acrescentado desta articulação.

Por outro lado, a frequência de situações de seca que se tem verificado em Portugal Continental nas últimas décadas, com a possibilidade de poderem vir a ser agravadas com o efeito das alterações climáticas, implica um aumento do risco e da vulnerabilidade a este fenómeno, o que poderá provocar um incremento dos seus impactes, ao nível das disponibilidades hídricas e consequentemente dos usos existentes, nomeadamente consumo humano, industrial e agrícola. A incerteza e imprevisibilidade da seca e dos seus impactos justificam que se dedique uma atenção permanente a este fenómeno e não apenas uma atuação reativa a situações extremas.

Assim, a campanha institucional “Feche a Torneira” constituiu uma das medidas preventivas, estabelecidas no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca, para sensibilizar os diferentes utilizadores, mas sobretudo da população em geral.

Por último, o Governo aprovou, a 8 de junho de 2017, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020), que estabelece um compromisso colaborativo para a promoção de uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade de baixo carbono, racional e eficiente na utilização dos seus recursos.

Neste âmbito, a ENEA prevê a promoção de operações de Educação Ambiental, como forma de promover o uso eficiente da água.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Para o efeito, em 2018, o Fundo Ambiental lançou três avisos - “Promover o Uso Eficiente de Água”, “Repensar Rios e Ribeiras” e “Promover uma Nova Cultura Cívica Territorial”, com uma dotação de €500.000 em cada um deles.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa